

PAISAGENS EM CONFRONTO

DORA SHELLARD CORRÊA*

UNIFIEO - OSASCO

Nesta comunicação problematizarei as abordagens atuais da paisagem e natureza desenvolvidas por historiadores culturais e ambientais e buscarei em Adolfo Varnhagem, Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda retratar que há de novidade nessa produção recente. Esta é a primeira parte de uma investigação sobre a noção de paisagem. Introduz a discussão proposta por autores como Denis Cosgrove e Barbara Bender. O geógrafo de Berkeley afirma que paisagem é uma forma de ver instituída com o capitalismo. É uma visão imposta por uma classe sobre as demais, portanto, liga-se ao ato de dominar. A antropóloga inglesa propõe que enfoquemos paisagem como um processo presente em todas as culturas, sendo historicamente e espacialmente contingente e, assim, potencialmente conflituoso. Busco referenciais teóricos e metodológicos que me instrumentalizem na construção de paisagens pretéritas a partir da documentação historiográfica dos séculos XVI, XVII e XVIII.

O crescente interesse da historiografia brasileira pelo tema paisagem e assuntos que hoje se confundem com ela, natureza, espaço, território e meio ambiente, não se restringe aos historiadores ambientais, pelo contrário. Caso façamos um levantamento das publicações lançadas nos últimos dez anos, possivelmente nos daremos conta que há uma receptividade maior no Brasil para as análises sobre a essência simbólica das reproduções artísticas e literárias sobre o visualizado, empreendidas principalmente pela história cultural. Estudos interessantíssimos que nos alertam para o fato de que essas paisagens pintadas e descritas falam mais de quem as esboçou e de sua época do que da realidade visualizada e traçada. Entretanto, poucos historiadores tem se preocupado em discutir a noção de paisagem e seu caráter polissêmico.

* UNIFIEO, Dra.

A historiografia brasileira, pelo menos desde a década de 1940, tanto tem utilizado a noção denotando uma representação que remete a um real concreto, como designando a reprodução de uma realidade concreta que pode ser empiricamente apreendida e investigada. . A partir do final do milênio tem predominado a concepção de que paisagem é uma representação. Entretanto, parece haver, por uma parte expressiva de historiadores, a desconsideração ou até o descrédito quanto a investigação do que se denomina de exterioridades. A sua existência é relativa a quem as visualizou, seja este entendido como um indivíduo ou um sujeito social.

A pedra, o rio, a montanha, a árvore, a capivara, a floresta, a serra, as abelheiras partidas, a vereda e a aldeia indígena abandonada podem ter existido porém nos chegam através de uma reprodução por escrito ou pictórica o que impõe um grau de abstração e imaginação. Foi o autor do relatório, da crônica de viagem, o mapista ou o pintor que observou/visualizou o que estava à sua frente e denominou, selecionou e organizou o que os seus olhos percebiam. Por outro lado, o documento, o quadro são somente vestígios materiais de relatos passados, elaborados por uma fração muito pequena da sociedade, guardados e arquivados por um grupo social que determinou a sua pertinência. Outros tantos documentos foram destruídos e desprezados. E, por fim, não temos registros diretos dos olhares, das visões da maior parcela da população. Em razão de todos essas constatações é compreensível que muitos historiadores permaneçam na interpretação dos significados do discurso sobre a paisagem ou natureza.

Esses estudos recentes revelam as idéias que se ocultam nas descrições de paisagens e da natureza e que servem para qualificar um dado projeto político e a permanência de símbolos que amenizam as tensões sociais existentes e justificam o poder de alguns grupos sobre outros. Contudo, desconfio que as paisagens pretéritas descritas nos livros de história que foram arquivadas em nossa memória possam desaparecer somente com a sua desconstrução acadêmica. Devemos preencher esse espaço vazio com novas imagens, caso contrário, apesar de contraditórias com a sua expressão verbal, as antigas figuras voltam a ocupar o seu lugar. Ainda andamos entre os livros, os quadros, as esculturas e os murais que as produziram e reproduziram, imagens estas hoje contestadas.

Como pontua William Cronon há uma realidade, uma concretude, uma forma além de uma projeção cultural e ideológica captada pela visão e repassada para o texto e que é pertinente a sua discussão. Essa representação do visualizado revela tanto uma subjetividade, a sociedade que vê e interpreta, como uma objetividade, elementos concretos, árvores, caminhos, rios que existem.

As descrições do espaço físico e da natureza está presente em todas as gerações de historiadores, de Adolfo Varnhagem, a Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Yeda Linhares, Maria Thereza Petrone e mais recente, em Francisco Carlos Teixeira da Silva por exemplo. Embora haja momentos em que o relato historiográfico se prendeu mais ao estudo das estruturas e relações sociais e econômicas gerais (DEAN, Warren) sobre saindo frente às abordagens que se debruçavam e descreviam as formas de apropriação e exploração dos recursos naturais ou que narravam a natureza como uma realidade independente da humanidade, estas últimas permaneceram, ainda que comedidamente.

Adolfo Varnhagem reproduziu o conhecimento científico sobre as características da fauna, flora, geologia, hidrologia e fisiologia que singularizavam o território, que em 1822 se tornou brasileiro. Capistrano de Abreu descreveu o cenário que esse conjunto compunha. Caio Prado Júnior preocupou-se em explicar a expansão da mancha do povoamento europeu sobre o espaço físico. E, finalmente, Sérgio Buarque de Holanda observou o que os europeus e os colonos visualizavam do interior dessas terras, dos caminhos que percorriam no sul da América.

Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior descreveram paisagens, visões panorâmicas de espaços com uma homogeneidade. Sérgio Buarque de Holanda investigou detalhes que foram visualizados e que refletiam a interferência humana. Restringiu-se à perspectiva de seu testemunho. A leitura desses quatro intelectuais nos revela que nossas primeiras gerações de historiadores incorporavam a referência à natureza e ao espaço físico ao relato historiográfico. Porém, a forma de abordagem não foi um consenso.

O tratamento dado à concepção de paisagem também não foi uma unanimidade. Predominou a concepção de que paisagem era o visualizado, uma realidade concreta, um conjunto natural que compunha a cena de fundo inerte dos acontecimentos,

processos e estruturas. Um elemento natural, a-histórico. Somente Sérgio Buarque de Holanda e com raríssimos seguidores, enxergavam nas descrições de cronistas mais do que o concreto-real visualizado. Atentavam para a interferência da cultura, da tradição, da religião na explicação da realidade observada.

Adolfo Varnhagem em História Geral do Brasil, na metade do século XIX, abre seu livro com uma descrição das características físicas e naturais do Brasil. Segue uma lista de elementos, flora, fauna, clima, formações geológicas, rede hidrográfica. São tratados de forma isolada uns dos outros. Focaliza-os genericamente. Um relato que marca pela ausência por completo de qualquer alusão à existência humana. Mas discute a significância dessa natureza para a sobrevivência humana. Afirma que as matas virgens apresentavam um aspecto sombrio “o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se olhe aperta” (VARNHAGEN, 1980,7) e que tais matas são abrigo natural para animais do que para o homem. É interessante observar que essa idéia de que a mata por ter pouca luz é inapropriada para a existência humana que tem que nela abrir clareiras para sobreviver, foi muito comum, chegamos a encontrá-la em Caio Prado Júnior. O diplomata colocou essas matas, virgens, escuras, inapropriadas para a civilização, características da paisagem brasileira.

Seu relato parece ter sido montado a partir da visualização de um mapa do Brasil e da literatura de ciências naturais, redigida por autores contemporâneos seus. Os cronistas coloniais que Varnhagen incentivou, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a sua pesquisa, tradução e reprodução, foram desprezados em sua caracterização do território. Há uma natureza ”natural” , a-histórica que forçadamente parece ter sentido na caracterização desse Estado que se formou.

Descreve a forma do território centrando-se no rio Amazonas e no rio da Prata: “Dilata-se desde as cabeceiras mais septentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do norte a feição do continente meridional a que pertence, e do qual constitui quase a metade” (VARNHAGEN, 1980, 3) E continua apontando que esses dois rios abraçam o império brasileiro. Cria a imagem de que as fronteiras foram estabelecidas naturalmente e que o Brasil era uma ilha “ilha Brasil”. Essa concepção foi e ainda é explorada pela historiografia. Na década de 1950 ela deu margem a uma discussão entre Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda sobre a intencionalidade de Portugal, desde o

segundo século da colonização, de dominar todas as terras que viriam a formar o Brasil em 1822.

Nessa caricatura mal feita do território brasileiro chama a atenção hoje a generalidade, a imprecisão e a inespecificidade geográfica com que os elementos descritos foram tratados. O distanciamento do autor frente ao território, que parece uma falta de intimidade com o local foi acentuado pelo linguajar técnico-científico. Sobre o pau Brasil escreve: “O novo pau Brasil, que neste novo país era conhecido com o nome de ibirapitanga ou pau vermelho, acha-se classificado pelos botânicos no gênero *Caersalpinia*” (p. 13) Sobre a vegetação anotou: “Predominam em muitos locais (...) micaceas” (p. 14)

Repassando a idéia de que o Brasil é quase uma ilha delimitada por dois grandes rios território que no seu conjunto compõe a paisagem. Capistrano de Abreu no início do século XX, em capítulos de História Colonial recuperou o modelo de Varnhagen introduzindo seu livro com uma descrição sobre a paisagem brasileira. Muito mais a caracterização de um cenário, um conjunto formado pelo relevo, flora e clima, que poderia ser pintado, do que de elementos independentes, como fez seu antecessor. Por outro lado, observa aspectos que depois serão recuperados no interior dos demais capítulos e, fundamentalmente, coloca os índios nesse espaço e atenta para algumas, não muitas, mas algumas interferências antrópicas. Introduz a idéia de que os portugueses se utilizaram das trilhas indígenas para subir a serra do Mar e chegar ao planalto paulistano e penetrar no sertão.

Sua descrição segue a direção que foi definida pelos primeiros cronistas, segue o litoral de norte a sul e depois penetra o território. Sua posição é de uma pessoa que está olhando para o interior de costas para o oceano, de quem está descobrindo as terras a partir da marinha. Sua descrição acompanha o movimento da colonização. Embora tenha um capítulo intitulado sertão, não chega a penetrá-lo, só o mira de longe, estanca em sua boca.

Caio Prado Júnior na década de 40, em Formação do Brasil Contemporâneo, aprimora o modelo do historiador cearense e estende mais esse capítulo introdutório, detalhando a descrição do litoral. Embora todo esse relato seja importante para o entendimento da história do Brasil, ainda que não seja o aspecto determinante do sentido da colonização, mas esclarecedor dos locais priorizados para ocupação, da

permanência dos colonos na área litorânea, o meio ambiente é tratado como um fato a-histórico e o Brasil é visto como em grande parte coberto por uma natureza primitiva com poucos pontos de interferência indígena. Se em Varnhagem a sensação é que estamos lendo um manual de geografia física, em Caio Prado Júnior, assim como acontece com Capistrano de Abreu, parece estar descrevendo a paisagem com auxílio de um mapa atual, acrescido de inferências sobre a flora original do território.

Formação do Brasil Contemporâneo se tornou o grande modelo de descrição da paisagem do Brasil colônia. É repetido até a atualidade tanto quanto modelo de descrição como quanto concepção de paisagem que instrumentaliza esse relato. Paisagem é o visualizado sem intermediações. Essa concepção vem da geografia, não só pela proximidade do historiador paulista dos estudos geográficos. Na década de trinta além de freqüentar as aulas de geografia na recém criada Universidade de São Paulo, foi fundador da revista Geografia juntamente com Aroldo de Azevedo. Mas, também, porque essa parece ter sido uma atitude comum entre historiadores brasileiros, assim como franceses que tiveram grande influência sobre nossas primeiras gerações de acadêmicos.

Outro modelo de descrição foi apresentado por Sérgio Buarque de Holanda em Moções na década de 40 e depois em Caminhos e Fronteiras e Extremo Oeste e também Visão do Paraíso. À visão panorâmica de Caio Prado Júnior ele contrapôs a observação pontual, de detalhes significativos da paisagem que permitem deduzir o todo. O conhecimento do espaço a partir de uma bibliografia atual não foi de todo desprezado. Entretanto, valorizou o documento de época, suas escalas de observação e seu conhecimento/desconhecimento da realidade geográfica em suas descrições. À posição direção tomada pelas descrições de Caio Prado Júnior, ou seja, da costa para o interior, ele inverteu, descreveu a paisagem a partir do interior, do sertão, apoiando-se em relatos de sertanistas, monçoeiros enfim aqueles que escreveram do sertão.

Finalmente, conclui-se a partir de Sérgio Buarque de Holanda que a visualização da paisagem é mediada pela cultura, embora uma não se reduza a outra. Há uma realidade que a cultura filtra. Em Visão do Paraíso essa postura fica bem clara quando comenta sobre as atenuações plausíveis do mito edênico entre os portugueses ou quando fala sobre o clima e lembra que efetivamente Pero Vaz de Caminha chegou em abril quando o clima é mais ameno.

A concepção de paisagem e o modelo de descrição desenvolvido por Caio Prado Júnior tiveram uma penetração muito maior que de Sérgio Buarque de Holanda das décadas de 40 a 70. Talvez porque a obra do primeiro fosse mais acessível, talvez porque a erudição fosse um aspecto importante para se proceder como o segundo.

Na segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 60 e 70, decaiu o interesse da historiografia brasileira em se debruçar sobre o espaço, em descrever paisagens. Mesmo assim essa tradição não desapareceu, lembremos dos trabalhos de Alice Piffer Canabrava, Maria Yedda Linhares e Maria Thereza Petrone. Mas é uma concepção de paisagem semelhante a trazida da geografia por Caio Prado Júnior que informa os estudos daquelas autoras.

Essa historiografia descreveu paisagens a partir de relatos de cronistas e viajantes, que ofereceram visões panorâmicas sobre porções da colônia portuguesa e o Brasil, bem como construiu paisagens a partir de dados fragmentários de relatos de sertanistas, testamentos, mapas, diários. Sérgio Milliet em *O roteiro do café* ensinou os historiadores a construir paisagens a partir de dados dos censos. Sérgio Buarque de Holanda tanto descreveu os caminhos de sertanistas e monçoeiros, centrando-se em detalhes que sugerem cenários, como analisou os discursos sobre a paisagem em *Visão do Paraíso*.

Sérgio Buarque de Holanda investigou o imaginário que conformava as descrições da natureza das terras descobertas por Pedro Álvares Cabral. Revelou que concepções caras à historiografia inaugurada com Adolfo Vanhagem, extraídas de documentos históricos, resultaram da observação do visualizado confundido com um imaginário afiançado pela tradição. Aliás concepções edênicas sobre a natureza brasileira ainda intrometem-se em muitos relatos de historiadores desavisados e iludidos pela contemporaneidade.

A historiografia brasileira, que a partir da passagem para o novo milênio, volta-se às descrições da paisagem e ao equivalente, o relato da natureza/meio ambiente o fez, num primeiro momento, seguindo a tradição existente, pensando paisagem como o visualizado, distinguindo natureza e cultura a partir de concepções próximas ou iguais à de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda atualizados.

Até recentemente não parecia se duvidar da existência de uma realidade que foi visualizada e descrita. Entretanto, essa onda de trabalhos sobre paisagem e natureza

inverteu totalmente a situação. Afirmar que paisagem é cultura se tornou o padrão entre historiadores da cultura e ambientais também. Embora ainda persistam entre os últimos aqueles que desprezam a mediação da cultura na apreensão do real. Porém, surgiu um novo grupo que parece colocar em questão avançar além da crítica às fontes. Induz conscientemente ou não à idéia que não há nada além da interpretação dos símbolos criados. Abandonou-se a leitura de Caio Prado Júnior e referencia-se Sérgio Buarque de Holanda. Entretanto, faz-se a releitura principalmente de *Visão do Paraíso. Caminhos e fronteiras, Monções e Extremo Oeste* tem fundamentado, em geral, outras temáticas: fronteira e cotidiano.

Mas mesmo buscando apoio em Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda, a historiografia a partir da década de 90 e, especialmente, neste início do novo milênio distancia-se desses intelectuais porque transformou a paisagem e a natureza em temas centrais das pesquisas quando não os próprios protagonistas. Até então, paisagem, era pano de fundo dos acontecimentos, de processos, de estruturas ou focos secundários de atenção.

Esse retorno à paisagem, mas agora como foco central, não por acaso, acontece num contexto de rediscussão das formas de apropriação e exploração dos recursos naturais. Não se pode desconsiderar o fato que assistimos desde por volta da década de 70, a crescente mobilização global pela preservação do meio ambiente e que resulta também na preservação de paisagens significativas. Anne Cauquelin atentou para a ampliação da noção de paisagem presente na sua identificação com a noção de meio, natureza, espaço, e território: “muito mais que um ‘rótulo’ estético, a paisagem confere uma unidade de visão às diversas facetas da política ambiental” (CAUQUELIN, Anne, p. 1).

Nas últimas duas décadas assistimos os organismos multilaterais, especialmente a ONU coordenando uma série de conferências, com técnicos e cientistas, cursos, publicações a criação de efemérides o ano da água, a década da água, o ano da biodiversidade, o ano das florestas. Há um esforço enorme sendo feito para se estabelecer parâmetros globais, discutir políticas locais, estratégias e metodologias de planejamento. A tecnologia, por outro lado, tem possibilitado um poder muito grande a esses agentes que mesmo não objetivando diretamente, acabam promovendo a homogeneização de noções. Mas ao mesmo tempo que esse processo uniformizador

acontece, intelectuais criticam a busca das sínteses/ universalidade e afirmam a disputa de várias concepções de paisagem (BENDER, Barbara, CAUQUELIN, Anne).

É importante que tomemos contato com esse debate uma vez que a historiografia brasileira tem trabalhado fundamentalmente com a noção de que paisagem é uma representação do visualizado. A distinção está na concepção de representação e não na noção de paisagem efetivamente. Trabalhamos dentro da idéia de paisagem, ou melhor, com uma forma de ver o mundo imposta segundo Denis Cosgrove e Raymond Williams. Porém, mesmo criticando as imagens criadas não desconhecemos outras formas de ver e de se relacionar com a terra, com o espaço, seja priorizando a noção de classe, seja de cultura, ou seja fragmentando a sociedade para além das classes. Denis Cosgrove e Raymond Williams induzem que há uma outra forma de ver dos camponeses, das classes dominadas. Bárbara Bender afirma que dentro de uma sociedade capitalista são várias as noções, determinadas por sexo, idade, etc, como e principalmente há diferenças entre as culturas. Entre outros aspectos, o visual deixa de ser o elemento central de uma paisagem, da relação dos homens e mulheres com o espaço físico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDER, Barbara. (Ed.) **Landscape politics and perspectives**. Oxford: Berg, 1993.

BENDER, Barbara; WINER, Margot (Ed.) **Contested landscapes**. Movement, exile and place. Oxford: Berg, 2001.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra. **Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. (1500 - 1800). Brasília: UNB, 1963.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. With a new introduction. Madison, The University of Wisconsin Press, 1998.

DIAS, Elaine. **Paisagem e academia**. Felix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851). Campinas: Unicamp, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

_____. **Caminhos e fronteiras**. 3ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994

_____. **Visão do Paraíso**. 5^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântica de Spix e Matius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997. MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1822)**. São Paulo: Alameda, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 14^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O sol do Brasil**. Nicolas Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da paisagem. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.203-216.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Na história da literatura. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

VARNHAGEN, A. **História Geral do Brasil**. 7^a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.